

b) devolver ao SIC/MI, no caso de não ser o detentor da informação;

c) enviar o requerimento aos pontos focais 2 da sua unidade para atendimento da demanda.

III - ao Ponto Focal 2:

a) até dois dias subsequentes ao recebimento da demanda para:

1. verificar a especificidade do pedido e encaminhar ao ponto focal 3;

2. informar ao SIC/MI a impossibilidade de fornecer a informação.

b) até o décimo sétimo dia do requerimento de acesso a informação, de que trata o Art. 16, para informar diretamente ao SIC/MI a resposta, no caso de atendimento pelo Ponto Focal 2;

c) um dia subsequente ao recebimento da demanda para avaliar o pedido de prorrogação de prazo solicitado pelo Ponto Focal 3;

d) até um dia subsequente ao recebimento da demanda para avaliar se a informação a ser disponibilizada ao cidadão está correta e completa.

IV - ao Ponto Focal 3:

a) até três dias subsequentes ao recebimento da demanda para verificar a existência da informação ou informar a impossibilidade da disponibilização da informação, ou ainda, solicitar a prorrogação de prazo, se for o caso;

b) até o décimo quinto dia do requerimento de acesso a informação, de que trata o Art. 16, para informar a resposta, ao Ponto Focal 2

Art. 18. Considerar-se-á o prazo original de vinte dias para a resposta conclusiva do SIC e de dezessete dias para os respectivos pontos focais.

Parágrafo único. Caso não haja o atendimento dos prazos intermediários previstos nos incisos III e IV do art. 17, considerar-se-á o prazo previsto no caput deste artigo, para os Pontos Focais.

CAPÍTULO III

DO RECURSO E DA RECLAMAÇÃO

Art. 19. No caso de recurso à negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, as unidades do MI deverão obedecer aos seguintes prazos:

I - no âmbito do SIC/MI:

a) até um dia subsequente ao recebimento da demanda para verificar o cumprimento dos requisitos do recurso interposto pelo cidadão e orientá-lo sobre os requisitos não cumpridos e;

b) encaminhar o recurso para análise das autoridades indicadas nos incisos II e III deste artigo;

II - aos Secretários, Chefe de Gabinete do Ministro e Consultor Jurídico: três dias para análise do recurso em primeira instância, devolução ao SIC/MI e em caso de deferimento a disponibilização da informação e;

III - ao Ministro de Estado: três dias para análise do recurso em segunda instância.

§ 1º Analisado o recurso pelas autoridades indicadas nos incisos II e III, o SIC/MI deverá, no prazo de um dia útil, informar ao cidadão recorrente acerca do resultado.

Art. 20. Recebida a reclamação referente à omissão de resposta, o SIC/MI deverá localizar no SIM o requerimento inicial e adicionar a reclamação ao registro e tramitar a Autoridade de Monitoramento do Ministério, que deverá se manifestar no prazo de três dias, contado do recebimento da reclamação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. As respostas aos pedidos de acesso de informação deverão ser claras e objetivas, contendo, ainda, se for o caso:

I - data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão, quando se tratar de informação de circulação restrita ou documento histórico; e

II - indicação das razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

Art. 22. Compete às Unidades Regionais do MI, no âmbito de sua atuação, prestar orientação ao público de seus respectivos Estados sobre a Lei nº 12.527/2011.

Art. 23. Os requerimentos recebidos por correspondência física deverão ser registrados inicialmente na unidade de Serviço de Protocolo - SPROT da CODIB ou nas unidades de protocolos das Unidades Regionais e, posteriormente, tramitados ao SIC/MI.

Parágrafo único. Os servidores do SPROT terão o prazo de vinte e quatro horas para tramitar os requerimentos ao SIC/MI, conforme consta na Norma Operacional vigente que dispõe sobre as atividades de protocolo no âmbito do Ministério.

Art. 24. Fica revogada a Portaria MI nº 431, de 24 de setembro de 2013.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GILBERTO OCCHI

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 51, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Envira - AM.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de

outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Envira - AM, no valor de R\$ 237.380,30 (duzentos e trinta e sete mil e trezentos e oitenta reais e trinta centavos), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000190/2015-15.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 52, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Tapauá - AM.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Tapauá - AM, no valor de R\$ 172.405,05 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos), para a execução de ações de socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000367/2015-75.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 53, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Eirunepé - AM.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Eirunepé - AM, no valor de R\$ 169.141,00 (cento e sessenta e nove mil e cento e quarenta e um reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000368/2015-10.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 182, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal a ASSOCIAÇÃO BAIANA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARDIOPATA-ABACC, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, registrada no CNPJ sob o nº 12.165.886/0001-02 (Processo MJ nº 08071.011983/2014-91).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitavam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 183, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o ABRIGO LAR CRISTÃO DE BELO HORIZONTE, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ sob o nº 10.603.335/0001-58 (Processo MJ nº 08071.030763/2014-67).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitavam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 184, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO CON- DUTIVA "PASSAROS DE LUZ", com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, registrado no CNPJ sob o nº 08.097.314/0001-66 (Processo MJ nº 08071.019711/2014-30).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitavam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 185, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o CENTRO DE VALORIZAÇÃO HUMANA, MORAL E SOCIAL, com sede na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 85.116.853/0001-46 (Processo MJ nº 08071.000211/2014-24).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceitavam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO